

Impactos da crise

Os brasilienses sentem, antes dos demais brasileiros, os impactos danosos da falta de dinheiro nos cofres da União. Umbilicalmente ligada ao Governo Federal, a cidade de Brasília acusa este golpe em duas greves que têm forte impacto sobre a população — médicos e professores — e no virtual estrangulamento do sistema de segurança. Acontece que, tradicionalmente, por força da Constituição, o Tesouro Nacional arca com as despesas de educação, segurança e saúde da capital da República. Falido o Estado, Brasília sofre.

As duas greves têm a mesma origem: o brutal achatamento dos salários dos profissionais. As duas têm a mesma repercussão: os principais prejudicados são os brasilienses das classes mais desfavorecidas, que não têm dinheiro para recorrer a uma clínica particular ou que precisam manter os filhos em escolas gratuitas. É certo que os médicos e os professores devem ser remunerados condignamente. Mas também é preciso reconhecer que o cidadão brasiliense deveria ser atendido condignamente.

Acontece que, tanto no atendimento médico, quanto no ensino, percebe-se ultimamente uma vertical queda na qualidade do serviço prestado à população. Sabe-se, no entanto, que esta queda não pode ser atribuída apenas à redução dos salários. Há outros fatores, culturais, mais profundos. A queda no ensino das escolas públicas levam-nos a antever um panorama ainda mais obscuro nos tempos que se avizinharam. É lícito esperar que os professores do futuro estarão ainda pior preparados que os atuais.

A greve dos médicos é delicada porque pode pôr em risco vidas humanas. Os médicos do GDF querem isonomia — panacéia milagrosa muito em voga no serviço público — com os profissionais da Câmara Legislativa. A defasagem se explica porque os po-

deres são independentes, e o Legislativo pode fixar os salários de seus profissionais, que devem ser contados em dezenas, se tanto.

Nos dois casos, sofre a população mais pobre. O atendimento nos hospitais públicos, que tradicionalmente é ruim no Brasil, piora nesses momentos. Os alunos das escolas públicas passam, agora, a sofrer a segunda greve do ano. A primeira durou incríveis 72 dias. Certamente, este não é um recorde nacional, mas seguramente não terá paralelo em países civilizados, onde a educação é levada a sério. Se os próprios professores fôgem por mais de dois meses de suas cátedras é porque, talvez, eles próprios não estejam convencidos da importância de sua missão. Qual será, ao cabo, a formação que está sendo dada a estas crianças de Brasília, que, ano após ano, perdem meses de aula? A reposição, como se sabe, é apenas um nefasto e lamentável jogo de faz-de-conta.

A questão é, pois, econômica e cultural. Todos sabem que o Governo da União está em graves dificuldades financeiras, porque ainda não chegou a uma solução sobre o problema do ajuste fiscal. Só as dívidas da União com os hospitais conveniados já são astronômicas. Paralelamente às greves de Brasília, os servidores federais pedem que a gratificação de atividade de 160 por cento seja estendida a todos. De outra parte, o próprio ministro Walter Barelli estabeleceu negociação com os servidores a fim de estudar a possibilidade de um reajuste mensal de salário. Reajustes salariais demorados — numa época de inflação mensal de 25 por cento — pulverizam os vencimentos. O reajuste mensal, mais justo no caso, pode acelerar a inflação. Para completar, a estagnação da economia derruba a receita da União. A questão salarial dos funcionários é grave, mas, no entanto, parece não haver uma solução de curto prazo que contente a todos.